



A seguradora para um mundo em mudança

## CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ 03.546.261/0001-08

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas. Parecer do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Em 2018, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 1,3 bilhão, aumento de 12% comparado ao exercício anterior, com crescimento em prêmios ganhos de 20%, totalizando 1,2 bilhão, o que

representa o maior faturamento e prêmios ganhos da história da companhia, a lucratividade seguiu esta tendência de crescimento e foi 33% maior que a do ano anterior, com R\$ 79,9 milhões de lucro líquido entregues em 2018, os ativos totais chegam em aproximados R\$ 1,9 bilhão. Assim em mais um ano a Seguradora atingiu a lucratividade esperada para o exercício o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. As expectativas para 2019 são positivas, com crescimento das

vendas e da rentabilidade, proporcionadas pelo fortalecimento de nossas parcerias de distribuição de seguros. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>1.129.043</b>	<b>952.176</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.168	1.249
Caixa e Bancos		1.168	1.249
Aplicações Financeiras	5	514.689	403.266
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>131.388</b>	<b>123.554</b>
Prêmios a receber	6	108.037	110.522
Operações com seguradoras		12.100	2.455
Outros créditos operacionais		11.251	10.577
<b>Ativos de Resseguro e Retrocessão</b>		<b>72</b>	<b>-</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>68.336</b>	<b>54.193</b>
Títulos e créditos a receber		2.699	3.106
Créditos tributários e previdenciários	7	54.747	45.219
Outros créditos		10.890	5.868
<b>Despesas Antecipadas</b>	8	<b>339</b>	<b>86</b>
Despesas antecipadas		339	86
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	9	<b>413.051</b>	<b>369.827</b>
Seguros		413.051	369.827
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>758.348</b>	<b>759.469</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>665.006</b>	<b>631.513</b>
Aplicações Financeiras	5	451.118	434.349
<b>Despesas Antecipadas</b>	8	<b>-</b>	<b>5</b>
Despesas antecipadas		-	5
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	9	<b>213.888</b>	<b>197.159</b>
Seguros		213.888	197.159
<b>Investimentos</b>	10	<b>192</b>	<b>31.991</b>
Participações societárias		192	31.991
<b>Imobilizado</b>	11	<b>8.486</b>	<b>2.077</b>
Bens móveis		8.486	2.077
<b>Intangível</b>	12	<b>84.664</b>	<b>93.889</b>
Outros intangíveis		84.664	93.889
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.887.391</b>	<b>1.711.645</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>1.026.856</b>	<b>911.205</b>
Contas a Pagar		57.834	38.220
Obrigações a pagar	13	41.382	30.436
Impostos e encargos sociais a recolher		253	1.470
Encargos trabalhistas		2.873	2.535
Impostos e contribuições		13.326	3.779
<b>Débitos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	14	<b>113.729</b>	<b>82.548</b>
Prêmios a restituir		3.494	3.711
Operações com seguradoras		5.691	347
Operações com resseguradoras		267	90
Corretores de seguros e resseguros		42.645	46.094
Outros débitos operacionais		61.632	32.306
<b>Depósitos de Terceiros</b>	15	<b>11.930</b>	<b>434</b>
Depósitos de terceiros		11.930	434
<b>Provisões Técnicas - Seguros Pessoas</b>	16	<b>843.363</b>	<b>790.003</b>
Provisão de prêmios não ganhos		646.889	590.831
Provisão de sinistros a liquidar		52.322	52.602
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		138.309	140.276
Provisão de despesas relacionadas		5.327	5.618
Outras provisões		516	676
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>399.756</b>	<b>359.296</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>399.756</b>	<b>359.296</b>
Contas a Pagar		6.901	6.998
Tributos diferidos		6.901	6.998
<b>Provisões Técnicas - Seguros Pessoas</b>	16	<b>376.075</b>	<b>337.822</b>
Provisão de prêmios não ganhos		376.075	337.822
<b>Outros Débitos</b>	22	<b>16.780</b>	<b>14.476</b>
Provisões judiciais		16.780	14.476
<b>Patrimônio Líquido</b>	17	<b>460.779</b>	<b>441.144</b>
Capital social - estrangeiro		359.451	359.451
Reserva de lucros		90.978	72.631
Ajuste com títulos e valores mobiliários		10.350	9.062
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.887.391</b>	<b>1.711.645</b>

(Em milhares de reais)

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2018	2017
Operações de seguros			
Prêmios emitidos líquidos		1.257.892	1.119.855
Variação das provisões técnicas	19.a	(94.492)	(153.238)
<b>Prêmios Ganhos</b>	19.b	<b>1.163.400</b>	<b>966.617</b>
Sinistros ocorridos	19.a	(131.426)	(153.907)
Custo de aquisição	19.a	(703.985)	(556.063)
Outras receitas e despesas operacionais	19.c	(42.411)	(44.950)
Resultado com resseguro		(277)	(258)
Despesas administrativas	19.d	(137.229)	(117.682)
Despesas com tributos	19.e	(52.273)	(42.309)
Resultado financeiro	19.f	59.550	73.588
Resultado patrimonial		3.243	143
<b>Resultado Operacional</b>		<b>158.592</b>	<b>125.179</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19.g	(887)	(9.078)
<b>Resultado antes dos Impostos e Participações</b>		<b>157.705</b>	<b>116.101</b>
Imposto de renda	20	(36.914)	(29.629)
Contribuição social	20	(35.904)	(24.090)
Participações sobre o resultado		(4.996)	(2.352)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>79.891</b>	<b>60.030</b>
Quantidade de ações		315.707.662	315.707.662
Lucro líquido por ação (Reais) *		0,25	0,19

\* O lucro base e o lucro diluído por ação tem o mesmo valor devido à todas ações serem ordinárias.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais)			
	2018	2017	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>79.891</b>	<b>60.030</b>	
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.288	3.718	
Ajuste com títulos e valores mobiliários	774	6.760	
Efeito tributário	514	(3.042)	
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>81.179</b>	<b>63.748</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais)			
	2018	2017	
Lucro líquido do exercício	79.891	60.030	
<b>Ajustes para</b>			
Depreciações e amortizações	11.464	11.209	
Impairment de ativos intangíveis	-	9.055	
Equivalência patrimonial	(3.135)	(42)	
Créditos tributários e previdenciários	64.066	60.273	
Impostos e contribuições	9.547	(6.014)	
<b>Varição nas Contas Patrimoniais</b>			
Ativos financeiros	(126.321)	(6.352)	
Créditos das operações com seguros	(7.834)	(25.860)	
Ativos de resseguro	(72)	-	
Despesas antecipadas	(248)	322	
Outros ativos	(4.624)	(491)	
Custos de aquisição diferidos	(59.953)	(118.035)	
Fornecedores e outras contas a pagar	5.253	4.288	
Débitos de operações com seguros e resseguros	31.181	18.075	
Depósitos de terceiros	11.496	(927)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	91.613	167.873	
Provisões judiciais	2.304	2.967	
Impostos pagos sobre o lucro	(73.594)	(68.568)	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>31.034</b>	<b>107.803</b>	
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Venda de investimento	34.360	-	
Aquisição de ativo imobilizado	(13.975)	(1.566)	
Aquisição de ativo intangível	(1.385)	(5.139)	
Alienação de ativo imobilizado	6.712	870	
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>25.712</b>	<b>(5.835)</b>	
Dividendos pagos	(56.827)	(101.026)	
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(56.827)</b>	<b>(101.026)</b>	
<b>Aumento/(Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(81)</b>	<b>942</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.249	307	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.168	1.249	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) e títulos privados (LF's e Debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) estão classificados como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que referem-se a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7 Investimentos:** Seguradora possui investimentos na Companhia IRB - Brasil Resseguros S.A., mensurado pelo método de custo (Nota 10). **2.8 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.9 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos esperados. • Softwares

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reserva de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social		Reserva	Reserva	Ajuste		
	Estrangeiro	Legal	Estatutária	TVM			
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>359.451</b>	<b>26.470</b>	<b>76.472</b>	<b>5.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>467.737</b>
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	3.718	-	3.718
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.030	60.030
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/17 e AGE de 20/05/17	-	-	(76.084)	-	-	-	(76.084)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	42.771	-	-	(42.771)	-
Reserva legal	-	3.002	-	-	-	(3.002)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,05 por ação)	-	-	-	-	-	(14.257)	(14.257)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>359.451</b>	<b>29.472</b>	<b>43.159</b>	<b>9.062</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>441.144</b>
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.288	-	1.288
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.891	79.891
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 30/03/18	-	-	(42.570)	-	-	-	(42.570)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	56.922	-	-	(56.922)	-
Reserva legal	-	3.995	-	-	-	(3.995)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-	-	-	(18.974)	(18.974)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>359.451</b>	<b>33.467</b>	<b>57.511</b>	<b>10.350</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>460.779</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a BNP Paribas Cardif e a Cardif Assurances Risques Divers, ambas com sede na França. A Companhia controladora direta da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. é a BNP Paribas Cardif e o Controlador em última instância é o BNP-Paribas. A Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. tem como objetivo social a exploração de seguros de pessoas. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2019. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no patrimônio líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariarem as disposições do órgão regulador e evidenciarem todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.12.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como

ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos



A seguradora para um mundo em mudança

—☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.10 Custos de aquisição diferidos (DAC):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A DAC é considerada no Teste de Adequação dos Passivos de Seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11. **2.11 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos significativos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos assumidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos. **2.12 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **2.12.1 Passivos de contratos de seguro: a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios. O cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída quando as apólices/certificados de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off*. **c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido, obedecendo os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; e (iii) a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada com o ajuste de salvados e ressarcimentos na PSL. **d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na nota técnica, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.12.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguro a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Em 31 de dezembro de 2018, realizou-se o Teste de Adequação dos Passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, brutos de resseguro, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguro (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e ativos intangíveis de seguro) fosse inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação do passivo, os contratos de seguro foram agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixas considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas (diretas e indiretas) ligadas à operação e às despesas de comercialização diferidas. A sinistralidade considerada foi baseada nos sinistros ocorridos e prêmio ganho dos últimos 18 meses. Para obtenção do valor presente dos fluxos, foi utilizada a Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETJ) para a Curva de Cupom de IGPM. Em 31 de dezembro de 2018, o teste demonstrou não ser necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **2.13 Benefícios a empregados:** A Seguradora possui benefícios de curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando no exercício R\$ 980 (R\$ 882 em 31 de dezembro de 2017). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.14 Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Seguradora, independentemente da existência ou não de um sinistro aberto. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelo departamento jurídico, através do procedimento para constituição de provisão das ações judiciais. É tomado como base o valor do objeto segurado, somado ao valor médio das condenações por danos morais, quando houver, e aplicado percentual de acordo com probabilidade de risco definido. As obrigações legais decorrem de contestação de legalidade ou constitucionalidade das obrigações tributárias, que resultam em processos judiciais. Os passivos trabalhistas são todos aqueles reclamados, em geral, por ex-empregados da Seguradora. **2.15 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.16 Capital social:** O capital social da

Seguradora esta constituído por 315.707.662 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.17 Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **2.18 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Seguradora, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Seguradora após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.19 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 20%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social corrente compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.20 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) Os prêmios de seguro e cosseguro e as correspondentes despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, certificado ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice; e (b) Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia mencionada na nota 2.12.1 c, que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de riscos e vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros. **2.21 Normas e pronunciamentos novos, alterações e interpretações:** As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada normativo e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38 no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, sua aplicação deverá ser feita retrospectivamente, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP. IFRS 16/CPC 06 - "Operações de Arredamento Mercantil", este pronunciamento apresenta mudanças que afetarão principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019, sua aplicação deverá ser feita retrospectivamente, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP. IFRS 17 - "Contratos de Seguros", este pronunciamento apresentará mudanças relevantes nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do período, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente. Este pronunciamento substituirá o IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardada a emissão do pronunciamento pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras. **3 Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Seguradora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguro:** A constituição de passivos de seguro é o componente que a Seguradora mais exerce o julgamento e utiliza estimativa. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar, para isso a Seguradora se utiliza de todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Seguradora para definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido, consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01. A Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber. **d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e

determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **4. Gerenciamento de riscos: Introdução:** A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de subscrição:** A gestão de riscos de seguro objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Seguradora. Esse constante acompanhamento permite não só corrigir possíveis desvios na sinistralidade, mas também adequar os prêmios de seguro de cada produto para que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador, segurado ou beneficiário, através de pagamentos em forma de benefícios, quando da ocorrência de um acontecimento que afete adversamente o tomador, segurado ou beneficiário. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros avisados excedam o valor contábil dos passivos desses contratos. Isso ocorre em função da frequência e da severidade com que os sinistros acontecem, superando os valores estimados e provisionados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como "*underwriting*" ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz, que é o documento criado pela Casa Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe um "*Global Guideline*" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro para os nossos segmentos do ramo de seguros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ramo	Milhares de reais	
	(Importância segura) Exposição máxima ao risco 31/12/2018	(Importância segura) Exposição máxima ao risco 31/12/2017
Auxílio funeral (coletivo)	R\$ 100	R\$ 100
Auxílio funeral (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Prestamista (coletivo)	R\$ 250	R\$ 250
Prestamista (individual)	R\$ 250	R\$ 250
Acidentes pessoais coletivo	R\$ 250	R\$ 250
Desemprego/perda de renda (coletivo)	R\$ 100	R\$ 100
Desemprego/perda de renda (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Eventos aleatórios (coletivo)	R\$ 321	R\$ 321
Eventos aleatórios (individual)	R\$ 100	R\$ 100
Vida em grupo	R\$ 200	R\$ 250

**Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:** O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de pessoas resulta de: • Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócio de seguro de vida: • Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto; • Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado; • O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes e saúde. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguro de pessoas: • Acidentes pessoais: garante o pagamento de uma indenização correspondente ao capital segurado contratado, em caso de morte ou invalidez permanente total do segurado; • Doenças graves e renda hospitalar: assegura ao beneficiário, respectivamente, o pagamento de uma indenização em caso de doenças cobertas pelo seguro e um valor diário fixo, referente a cada dia de internação hospitalar; • Vida: garante ao segurado ou beneficiário o pagamento de uma indenização correspondente ao capital segurado contratado, em caso de morte ou invalidez total permanente; • Proteção financeira: garante a liquidação do financiamento obtido pelo segurado, em casos de desemprego involuntário, incapacidade física total temporária, falecimento e invalidez total e permanente por acidente deste. Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas. Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados como se segue: • Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro; • O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados do teste de sensibilidade abaixo demonstrados representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuariais.

continua—☆





A seguradora para um mundo em mudança

☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado		
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.		
Índices de sinistralidade	O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de - 10% sobre a taxa atual.		
<b>Sensibilidade em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Sinistralidade</b> (1)
<b>Taxa</b>	<b>2%</b>	<b>-2%</b>	<b>-10%</b>
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	13.806	(21.958)	13.172
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	7.593	(12.077)	7.244
<b>Sensibilidade em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Sinistralidade</b> (1)
<b>Taxa</b>	<b>2%</b>	<b>-2%</b>	<b>-10%</b>
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	9.666	(23.644)	15.288
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	5.316	(13.004)	8.408

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de +10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de riscos visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios emitidos líquidos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

#### Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2018

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total R\$ mil
Prestamista	567.637	201.530	136.055	38.402	90.956	1.034.580
Acidentes pessoais coletivo	12.751	4.545	3.085	872	2.059	23.312
Vida	50.763	18.055	12.217	3.455	8.149	92.639
Auxílio funeral	27.414	9.747	6.589	1.865	4.401	50.016
Eventos aleatórios	12.257	4.345	2.923	826	1.958	22.309
DPVAT	15.493	6.397	6.264	1.868	3.138	33.160
Outros	1.049	357	242	67	161	1.876
<b>Total</b>	<b>687.364</b>	<b>244.976</b>	<b>167.375</b>	<b>47.355</b>	<b>110.822</b>	<b>1.257.892</b>

#### Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2017

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total R\$ mil
Prestamista	540.572	193.236	107.445	29.744	78.710	949.707
Acidentes pessoais coletivo	14.036	4.547	2.543	698	1.848	23.672
Vida	34.859	12.372	6.880	1.903	5.023	61.037
Auxílio funeral	19.949	6.805	3.794	1.048	2.776	34.372
Eventos aleatórios	2.105	758	422	116	308	3.709
DPVAT	19.736	8.226	7.576	2.407	3.897	41.842
Outros	3.073	1.154	643	177	469	5.516
<b>Total</b>	<b>634.330</b>	<b>227.098</b>	<b>129.303</b>	<b>36.093</b>	<b>93.031</b>	<b>1.119.855</b>

**b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguro da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de rating (*Standard & Poors, Fitch Ratings Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

#### Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2018

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	1.168	1.168
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	289.541	289.541
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	25.612	25.612
Títulos de renda fixa privados	38.153	20.823	5.487	7.940	-	-	72.403	72.403
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	578.251	-	-	578.251	578.251
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	108.037	108.037
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>38.153</b>	<b>20.823</b>	<b>5.487</b>	<b>586.191</b>	<b>-25.612</b>	<b>398.746</b>	<b>1.075.012</b>	<b>1.075.012</b>

#### Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2017

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	1.249	1.249
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	265.555	265.555
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	25.760	25.760
Títulos de renda fixa privados	61.181	5.153	-	18.916	12.988	-	98.238	98.238
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	448.062	-	-	448.062	448.062
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	110.522	110.522
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>61.181</b>	<b>5.153</b>	<b>-</b>	<b>466.978</b>	<b>12.988</b>	<b>25.760</b>	<b>377.326</b>	<b>949.386</b>

**c) Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Asset and Liability Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

#### Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento terminado	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>								
Quotas de fundos de investimentos abertos	289.541	-	-	-	-	-	-	289.541
Certificados de depósitos bancários	25.612	-	-	-	-	-	-	25.612
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>								
Títulos de renda fixa privados	-	28.677	6.967	21.143	12.380	3.236	-	72.403
Títulos de renda fixa públicos	118.297	24.452	-	-	115.911	319.591	-	578.251
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a receber de seguros	108.037	-	-	-	-	-	-	108.037
Caixa e equivalentes de caixa	1.168	-	-	-	-	-	-	1.168
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	626.939	626.939
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>542.655</b>	<b>53.129</b>	<b>6.967</b>	<b>21.143</b>	<b>128.291</b>	<b>322.827</b>	<b>626.939</b>	<b>1.701.951</b>
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.219.438	1.219.438
<b>Passivos financeiros</b>								
Obrigações a pagar	41.382	-	-	-	-	-	-	41.382
Impostos, contribuições e encargos sociais	13.579	-	-	-	-	-	-	13.579
Débitos de operações com seguros e resseguros	113.729	-	-	-	-	-	-	113.729
Encargos trabalhistas	2.873	-	-	-	-	-	-	2.873
Depósitos de terceiros	11.930	-	-	-	-	-	-	11.930
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>183.493</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.219.438</b>	<b>1.402.931</b>

#### Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento terminado	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>								
Quotas de fundos de investimentos abertos	265.555	-	-	-	-	-	-	265.555
Certificados de depósitos bancários	25.760	-	-	-	-	-	-	25.760
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>								
Títulos de renda fixa privados	-	1.206	12.362	12.987	59.871	11.812	-	98.238
Títulos de renda fixa públicos	25.729	-	59.667	-	58.358	304.308	-	448.062
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a receber de seguros	110.522	-	-	-	-	-	-	110.522
Caixa e equivalentes de caixa	1.249	-	-	-	-	-	-	1.249
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	566.986	566.986
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>428.815</b>	<b>1.206</b>	<b>72.029</b>	<b>12.987</b>	<b>118.229</b>	<b>316.120</b>	<b>566.986</b>	<b>1.516.372</b>
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	1.127.825	1.127.825
<b>Passivos financeiros</b>								
Obrigações a pagar	30.436	-	-	-	-	-	-	30.436
Impostos, contribuições e encargos sociais	5.249	-	-	-	-	-	-	5.249
Débitos de operações com seguros e resseguros	82.548	-	-	-	-	-	-	82.548
Encargos trabalhistas	2.535	-	-	-	-	-	-	2.535
Depósitos de terceiros	434	-	-	-	-	-	-	434
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>121.202</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.127.825</b>	<b>1.249.027</b>

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **f) Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução nº 343/16 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 18 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

#### 5. Aplicações financeiras:

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Cate-goria	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
<b>Títulos</b>								
Títulos para negociação (ii)	299.879	15.274	-	-	315.153	33%	315.153	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	289.541	-	-	-	289.541	-	289.541	-
Certificados de depósitos bancários	10.338	15.274	-	-	25.612	-	25.612	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>21.894</b>	<b>149.532</b>	<b>28.110</b>	<b>451.118</b>	<b>650.654</b>	<b>67%</b>	<b>633.404</b>	<b>17.250</b>
Títulos de renda fixa privados	-	28.677	28.110	15.616	72.403	-	72.287	116
Títulos de renda fixa públicos	21.894	120.855	-	435.502	578.251	-	561.117	17.134
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>321.773</b>	<b>164.806</b>	<b>28.110</b>	<b>451.118</b>	<b>965.807</b>	<b>100%</b>	<b>948.557</b>	<b>17.250</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>293.224</b>	<b>25.026</b>	<b>85.016</b>	<b>434.349</b>	<b>837.615</b>	<b>100%</b>	<b>822.208</b>	<b>15.407</b>

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários;

(ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2018

Aplicações	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2018
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	265.555	287.438	18.920	-	(282.372)	289.541
Certificados de depósitos bancários (a)	25.760	50.000	1.612	-	(51.760)	25.612
Títulos de renda fixa privados (c)	98.238	3.150	6.128	(214)	(34.899)	72.403
Títulos de renda fixa públicos (b)	448.062	432.362	46.150	2.057	(350.380)	578.251
<b>Total</b>	<b>837.615</b>	<b>772.950</b>				



A seguradora para um mundo em mudança

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Movimentação de prêmios a receber</b>		
Saldo inicial em 1º de janeiro	110.522	87.452
Prêmios emitidos	1.481.216	1.228.715
IOF	5.629	4.668
Prêmios cancelados	(101.001)	(55.099)
Transferência - parcela vencida - cosseguro aceito (*)	(142)	(1.873)
Recebimentos	(1.388.187)	(1.153.341)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>108.037</b>	<b>110.522</b>

(\*) A parcela vencida de cosseguro aceito é apresentada na linha de "operações com seguradoras" no balanço patrimonial. **7. Créditos tributários:** A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de lucratividade e projeções orçamentárias. Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis tempestivamente.

**a) Créditos tributários e previdenciários**

	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a recuperar	7.134	7.123
Créditos tributários de diferenças temporárias (*)	47.613	38.031
Créditos diferidos da marcação a mercado de TVM (*)	-	65
<b>Total</b>	<b>54.747</b>	<b>45.219</b>
Circulante	54.747	45.219

(\*) Os créditos tributários de diferenças temporárias relacionados a Contribuição Social estão calculados e apresentados em 31 de dezembro de 2018 à alíquota de 15% (20% em 31 de dezembro de 2017) conforme Lei nº 13.169/15. A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários são constituídos de acordo com a expectativa de realização e baseados na geração de lucros futuros. A Administração estima realizá-los nos próximos 12 (doze) meses, exceto para os casos relacionados a ações judiciais onde a Seguradora não pode precisar de forma efetiva sua realização, de todo modo em 31 de dezembro de 2018, os valores de créditos tributários estão classificados no ativo circulante.

**b) Movimentação dos créditos tributários**

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação	Saldo em 31/12/2018
Provisão para contingências cíveis	6.317	392	6.709
Provisão trabalhista	332	69	401
Provisão para gastos com a matriz	995	800	1.795
Provisão de participação nos lucros	2.061	753	2.814
Acordos comerciais	238	486	724
Provisões auditoria	599	166	765
Provisão participação nos lucros (Profit Share)	27.261	6.050	33.311
Provisão Procon	-	148	148
Provisão success fees	-	854	854
Provisões para perdas	228	(136)	92
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>38.031</b>	<b>9.582</b>	<b>47.613</b>

**8. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que referem-se a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de despesa antecipada é de R\$ 339 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2017).

**9. Custos de aquisição diferidos - composição e movimentação: a)** A composição dos custos de aquisição diferidos, por ramo de atuação está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ramo</b>		
Prestamista	609.033	555.109
Acidentes pessoais coletivo	6.048	868
Vida	8.284	8.413
Auxílio funeral	2.193	1.785
Outros	1.381	811
<b>Total</b>	<b>626.939</b>	<b>566.986</b>
Circulante	413.051	369.827
Não circulante	213.888	197.159

**b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos**

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	566.986	448.951
Constituição	441.895	321.383
Reversão	(381.942)	(203.348)
<b>Saldo final</b>	<b>626.939</b>	<b>566.986</b>

**10. Investimentos:** Em 22 de dezembro de 2017 a Seguradora, detentora de 99,9659%, com anuência e participação dos sócios minoritários celebrou Acordo de Venda de Ações da totalidade de suas ações e participação na Cardif Capitalização S.A., à Icatu Capitalização S.A. pelo valor equivalente ao patrimônio líquido da Companhia a data da efetiva transferência das ações. A participação no IRB - Brasil Resseguros S.A. não sofreu alterações. Os saldos referentes aos investimentos em coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Cardif Capitalização S.A.	-	31.799
IRB - Brasil Resseguro S.A. (*)	192	192
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>31.991</b>

(\*) A participação da Seguradora no IRB - Brasil Resseguro S.A. é mensurada pelo método de custo, sendo R\$ 2,56 por ação (R\$ 2,56 em 31 de dezembro de 2017). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 83,46 por ação.

**a) Movimentação investimento - Cardif Capitalização S.A.**

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento inicial	31.799	31.337
Dividendos utilizados para absorção de prejuízos da controlada	10	59
Equivalência patrimonial	3.134	42
Ajuste a valor justo de títulos financeiros disponíveis para venda	(583)	361
Venda de investimento	(34.360)	-
<b>Investimento final</b>	<b>-</b>	<b>31.799</b>

A operação foi efetivada e a totalidade das ações transferida à Icatu Capitalização S.A. em 31 de agosto de 2018.

**11. Imobilizado:**

	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	31/12/2018	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamentos de computação	544	1.195	-	(282)	1.457	20%
Equipamentos de telefonia	8	-	-	(3)	5	20%
Móveis e utensílios	399	1.295	(144)	(120)	1.430	10%
Benefitória em imóveis de terceiros	513	11.317	(6.097)	(449)	5.284	20%
Imobilizações DPVAT	613	168	(471)	-	310	-
<b>Total</b>	<b>2.077</b>	<b>13.975</b>	<b>(6.712)</b>	<b>(854)</b>	<b>8.486</b>	

**d) Tabela de desenvolvimento de sinistros**

Ano de Ocorrência	2002 até 2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No final do ano de divulgação	6.521	17.858	22.923	28.520	29.633	41.025	42.902	61.089	65.105	81.241	101.888	122.002	108.619	97.884	109.199	-
1 ano depois	8.582	19.630	26.727	31.512	35.718	47.760	48.120	72.326	80.785	99.895	124.848	143.966	127.918	108.893	-	-
2 anos depois	8.754	20.237	27.219	31.904	35.479	50.057	49.554	73.204	81.630	101.785	126.973	142.774	129.823	-	-	-
3 anos depois	9.195	20.636	27.370	31.968	35.985	50.659	50.517	73.794	82.331	102.873	128.935	144.072	-	-	-	-
4 anos depois	9.518	20.819	26.920	32.196	36.310	51.310	50.776	74.193	83.279	104.267	130.807	-	-	-	-	-
5 anos depois	9.858	20.665	27.126	32.144	36.479	51.624	51.003	74.515	83.746	105.416	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	9.808	20.809	27.369	32.255	36.614	51.821	51.209	74.813	84.690	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	10.012	21.009	27.273	32.314	36.745	51.986	51.641	75.421	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	10.770	20.967	27.560	33.187	36.781	52.254	51.839	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	10.113	20.882	27.544	32.720	37.329	52.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos depois	10.229	20.889	27.605	33.064	38.240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos depois	10.187	20.890	27.615	32.857	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos depois	10.226	20.897	27.686	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 anos depois	10.239	20.974	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14 anos depois	10.232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	10.232	20.974	27.686	32.857	38.240	52.536	51.839	75.421	84.690	105.416	130.807	144.072	129.823	108.893	109.199	1.122.685
Pagamentos acumulados	10.155	20.856	27.555	32.765	37.199	51.852	51.168	74.603	82.768	103.337	127.879	142.150	127.668	103.924	79.677	1.073.555
Ajuste da PSL (IBNeR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.286)
<b>Passivo reconhecido no balanço</b>	<b>77</b>	<b>118</b>	<b>131</b>	<b>92</b>	<b>1.041</b>	<b>684</b>	<b>671</b>	<b>818</b>	<b>1.922</b>	<b>2.079</b>	<b>2.928</b>	<b>1.922</b>	<b>2.155</b>	<b>4.969</b>	<b>29.522</b>	<b>38.844</b>

(i) A Seguradora participa do convênio DPVAT administrado pela Seguradora Líder S.A. com o percentual de 1,38485% em 31 de dezembro de 2018 (1,43056% em 31 de dezembro 2017).

Os saldos das provisões técnicas constituídas complementarmente referentes ao DPVAT estão demonstrados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de sinistros a liquidar	13.478	15.826
Provisão IBNR	110.487	104.530
Provisão de despesas administrativas DPVAT	516	676
<b>Total</b>	<b>124.481</b>	<b>121.032</b>

Em 2018 a Seguradora decidiu pela devolução de sua participação ao convênio DPVAT, deixando o convênio em definitivo a partir de janeiro de 2019. As demonstrações financeiras apresentadas demonstram em seus ativos e passivos o impacto dos saldos relacionados ao DPVAT já que a Seguradora participa no convênio até 31 de dezembro de 2018. **e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores demonstrou não ser necessária desta forma a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura. **17. Patrimônio líquido: a) Composição do capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 359.451, subscritos, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 315.707.662 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **b) Reservas de lucros:**

**12. Intangível:** O intangível representa as aplicações com a aquisição de softwares externos que são amortizados a taxa 20% ao ano, sempre levando em consideração a sua utilização, bem como despesas com contrato de exclusividade para venda de seguro. Os contratos de exclusividade de venda de seguro são amortizados levando em consideração a expectativa de geração de lucros futuros, considerando os estudos técnicos elaborados pela Administração da Seguradora, projeções orçamentárias e indicadores econômicos financeiros.

	31/12/2017	Aquisições	Amortização do exercício	31/12/2018
Desenvolvimento de sistemas de computação	1.964	1.385	(1.636)	1.713
Contrato de exclusividade na venda de seguros	91.925	-	(8.974)	82.951
<b>Total</b>	<b>93.889</b>	<b>1.385</b>	<b>(10.610)</b>	<b>84.664</b>

Vide Nota 2.9.

**13. Obrigações a pagar:** As obrigações a pagar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	15.372	11.598
Participação nos lucros a pagar	7.036	4.581
Dividendos a pagar (*)	18.974	14.257
<b>Total</b>	<b>41.382</b>	<b>30.436</b>

(\*) Dividendos mínimos obrigatórios conforme previsão no estatuto da Seguradora (Nota 17.c).

**14. Débitos das operações com seguros e resseguros:**

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a restituir	3.494	3.711
Prêmios cedidos em cosseguro	5.691	347
Prêmios cedidos em resseguro	267	90
Corretores	42.645	46.094
Agentes e correspondentes (*)	30.184	23.176
Lucros atribuídos (*)	31.049	8.355
Contas a pagar DPVAT	399	775
<b>Total</b>	<b>113.729</b>	<b>82.548</b>

(\*) Os saldos de agenciamento, pró-labore e lucros atribuídos a pagar são calculados de acordo com os contratos comerciais.

**15. Depósitos de terceiros:** Registra os depósitos recebidos pela Seguradora e ainda não identificados. Demonstamos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

	31 de dezembro de 2018					Superior a 365 dias	Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias		
Depósitos de terceiros	7.742	6	3.429	237	181	335	11.930
	<b>31 de dezembro de 2017</b>						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Depósitos de terceiros	220	82	108	1	23	-	434

**16. Provisões técnicas de seguros e resseguros:**

**a) Composição das provisões técnicas**

Ramo	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar *		Provisão IBNR *	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prestamista	994.120	910.487	34.904	33.383	26.358	34.012
Acidentes pessoais coletivo	10.139	1.445	1.193	1.219	190	289
Vida	12.994	12.557	1.177	1.128	250	480
Auxílio funeral	3.403	2.779	468	365	289	239
DPVAT	-	-	13.478	15.826	110.487	104.530
Outros	2.308	1.385	1.102	681	735	726
<b>Total</b>	<b>1.022.964</b>	<b>928.653</b>	<b>52.322</b>	<b>52.602</b>	<b>138.309</b>	<b>140.276</b>
Circulante	646.889	590.831	52.322	52.602	138.309	140.276
Não circulante	376.075	337.822	-	-	-	-

**b) Movimentação das provisões técnicas**

Ramo	Provisão de despesas relacionadas		Provisão de despesas administrativas DPVAT *</	
------	-----------------------------------	--	------------------------------------------------	--



A seguradora para um mundo em mudança

—☆ continuação — NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2018 (i)	31/12/2017
Patrimônio líquido	460.779	441.144
(+/-) Ajustes contábeis	(59.064)	(98.707)
(+/-) Ajustes econômicos	6.397	6.582
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>408.112</b>	<b>349.019</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>a) Capital base</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>b) Capital de risco</b>	<b>245.814</b>	<b>217.654</b>
(+) Capital de risco de subscrição	219.476	187.180
(+) Capital de risco de crédito	30.296	37.504
(+) Capital de risco operacional	3.331	2.594
(+) Capital de risco de mercado	20.986	20.919
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(28.275)	(30.543)
<b>Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)</b>	<b>245.814</b>	<b>217.654</b>
<b>Liquidez em relação ao Capital de Risco (CR)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
(+) Suficiência de cobertura em relação as provisões técnicas (Nota 16 c)	342.234	233.569
(-) 20% do capital de risco	(45.776)	(40.206)
<b>Liquidez apurada</b>	<b>296.458</b>	<b>193.363</b>

**19. Detalhamento das contas de resultado: a) Ramos de atuação:** Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, o principal é o ramo prestamista, que congrega as coberturas de vida, acidentes pessoais e rendas de eventos aleatórios (cobertura de desemprego), contratos pelos quais os segurados convencionam pagar prestações ao estipulante para amortizar dívida contraída ou para atender o compromisso assumido.

	2018	2017
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		
Prestamista	1.034.580	949.706
Acidentes pessoais coletivo	23.313	23.672
Vida	92.639	61.037
DPVAT	33.160	41.842
Auxílio funeral	50.017	34.372
Outros	24.183	9.226
<b>Total</b>	<b>1.257.892</b>	<b>1.119.855</b>
<b>Variação das provisões técnicas</b>		
Prestamista	(83.633)	(156.782)
Acidentes pessoais coletivo	(8.694)	455
Vida	(437)	2.917
DPVAT	(180)	298
Auxílio funeral	(683)	3
Outros	(865)	(129)
<b>Total</b>	<b>(94.492)</b>	<b>(153.238)</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>		
Prestamista	(98.845)	(114.295)
Acidentes pessoais coletivo	(366)	(571)
Vida	(376)	(1.516)
DPVAT	(26.864)	(35.203)
Auxílio funeral	(1.142)	(839)
Outros	(3.833)	(1.483)
<b>Total</b>	<b>(131.426)</b>	<b>(153.907)</b>
<b>Custos de aquisição</b>		
Prestamista	(604.564)	(484.159)
Acidentes pessoais coletivo	(7.910)	(13.567)
Vida	(46.686)	(32.586)
DPVAT	(398)	(494)
Auxílio funeral	(30.432)	(20.952)
Outros	(13.995)	(4.305)
<b>Total</b>	<b>(703.985)</b>	<b>(556.063)</b>

**b) Índice de sinistralidade e comercialização**

Ramo	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prestamista	950.947	792.924	10%	14%	64%	61%
Acidentes pessoais coletivo	14.619	24.127	3%	2%	54%	56%
Vida	92.202	63.954	0%	2%	51%	51%
DPVAT	32.980	42.140	81%	84%	1%	1%
Auxílio funeral	49.334	34.375	2%	2%	62%	61%
Outros	23.318	9.097	16%	16%	60%	47%
<b>Total</b>	<b>1.163.400</b>	<b>966.617</b>	<b>11%</b>	<b>16%</b>	<b>61%</b>	<b>58%</b>

**c) Outras receitas e (despesas) operacionais de seguros**

	2018	2017
Despesa com inspeção de risco	(334)	(105)
Despesa com administração de apólice	(5.992)	(4.946)
Lucros atribuídos	(27.346)	(33.150)
Provisões cíveis - danos morais	(2.859)	(2.966)
Outras receitas com operações de seguros	1.267	1.386
Outras receitas - DPVAT	4.744	3.774
Despesa com cobrança	(5.916)	(5.287)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	59	1.140
Outras despesas com operações de seguros	(5.372)	(3.856)
Despesas diversas - DPVAT	(662)	(940)
<b>Total</b>	<b>(42.411)</b>	<b>(44.950)</b>

**d) Despesas administrativas**

	2018	2017
Pessoal próprio	(39.287)	(33.275)
Serviços de terceiros	(28.310)	(30.234)
Localização e funcionamento	(47.850)	(37.562)
Publicidade e propaganda	(8.246)	(6.418)
Publicações	(128)	(113)
Donativos e contribuições	(165)	(105)
Despesas com títulos de capitalização (vide Nota 21.ii)	(7.363)	(6.703)
Outras despesas	(2.011)	(444)
Despesas administrativas - DPVAT	(3.869)	(2.828)
<b>Total</b>	<b>(137.229)</b>	<b>(117.682)</b>

**e) Despesas com tributos**

	2018	2017
Impostos federais	(105)	(64)
Impostos municipais	(857)	(71)
PIS	(7.012)	(5.703)
COFINS	(43.151)	(35.095)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.040)	(1.239)
Outros tributos e contribuições	(108)	(137)
<b>Total</b>	<b>(52.273)</b>	<b>(42.309)</b>

**f) Resultado financeiro**

	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>	<b>73.694</b>	<b>89.592</b>
Quotas de fundos de investimentos abertos	18.920	25.013
Certificados de depósitos bancários	1.612	3.174
Títulos de renda fixa privados	6.128	8.787
Títulos de renda fixa públicos	46.150	51.863
Outras receitas financeiras	884	755
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.144)</b>	<b>(16.004)</b>
Juros e atualização monetária sobre sinistros	(13.857)	(15.920)
Outras despesas financeiras	(287)	(84)
<b>Total</b>	<b>59.550</b>	<b>73.588</b>

**g) Ganhos e perdas com ativos não correntes**

	2018	2017
<b>Resultado de operações não correntes</b>	<b>(887)</b>	<b>(9.078)</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (i)	(887)	(9.078)
<b>Total</b>	<b>(887)</b>	<b>(9.078)</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora testou para *impairment* os ativos intangíveis relacionados aos contratos de exclusividade, não havendo a necessidade de reconhecimento da provisão. Em 31 de dezembro de 2017 a Seguradora apurou e reconheceu *impairment* de R\$9.055 relativos aos mesmos contratos.

**DIRETORIA**

Emmanuel Pelegrino  
Diretor Presidente

Ricardo da Cruz Barreto  
Diretor Técnico Financeiro

Nivandro Lucas S. A. Oliveira  
MIBA 2229

**CONTADOR**

Marcelo Lopes Prates  
CRC 1SP 241793/O-6

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
<b>20. Provisão para imposto de renda e contribuição social:</b> Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas:				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	152.709	113.749	152.709	113.749
<b>Adições</b>				
Ajustes permanentes	6.451	12.943	6.163	12.875
Ajustes temporários	39.375	10.861	39.375	10.861
<b>Exclusões</b>				
Ajustes permanentes	(9.113)	(6.173)	(9.113)	(6.173)
Ajustes temporários	(4.857)	(8.315)	(4.857)	(8.315)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>184.565</b>	<b>123.065</b>	<b>184.277</b>	<b>122.997</b>
Alíquotas (15% IR e 20% CS)	(27.685)	(18.460)	(36.855)	(24.599)
Dedução PAT (4%)	455	417	-	-
Dedução licença - maternidade	111	48	-	-
Dedução licença - paternidade	7	12	-	-
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(18.433)	(12.283)	-	-
<b>Imposto Corrente do Exercício</b>	<b>(45.545)</b>	<b>(30.266)</b>	<b>(36.855)</b>	<b>(24.599)</b>
<b>Impostos diferidos</b>				
Diferenças temporárias (líquidas)	8.631	637	951 (*)	509
<b>Despesa de IR e CS no resultado</b>	<b>(36.914)</b>	<b>(29.629)</b>	<b>(35.904)</b>	<b>(24.090)</b>

(\*) Em 2018 os ativos diferidos relacionados a Contribuição Social tiveram a alíquota ajustada de 20% para 15% tanto para a base do exercício como para o saldo relacionado aos períodos anteriores, considerando-se o final da vigência da alíquota de 20% em 31 de dezembro de 2018 conforme a Lei nº 13.169/15 - artigo 1º, a adequação em questão impactou o resultado corrente.

**21. Partes relacionadas:**

**a) Transações com partes relacionadas**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
Luizaseg Seguros S.A. (ii)	21	437
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)	43	250
Cardif Ltda. (iii)	116	255
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>942</b>
<b>Passivo</b>		
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França	827	1.318
Cardif Ltda. (i)	3.775	3.532
BNP Paribas Cardif - Chile	1.339	1.266
<b>Total</b>	<b>5.941</b>	<b>6.116</b>
<b>Receita</b>		
Luizaseg Seguros S.A. (ii)	2018	2017
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (ii)	6.968	5.401
Cardif Ltda. (iii)	562	1.070
<b>Total</b>	<b>7.530</b>	<b>6.471</b>
<b>Despesa</b>		
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França	(2.278)	(2.210)
Cardif Ltda. (iii)	(12.750)	(15.102)
BNP Paribas Cardif - Chile	(3.222)	(3.295)
<b>Total</b>	<b>(18.250)</b>	<b>(20.607)</b>

(i) Foi assinado contrato com a Cardif Ltda., no qual a Seguradora se compromete a compartilhar a infraestrutura operacional e administrativa, ressarcimento de custos, de desenvolvimento de software operacional; (ii) As transações com partes relacionadas compreendem prestação de serviços, ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; e (iii) As transações com partes relacionadas a Cardif Ltda. referem-se à prestação de serviços de telemarketing. **b) Remuneração das pessoas-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2018, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo no montante de R\$ 5.295 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.613 em 31 de dezembro de 2017). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. **22. Provisões judiciais: Sinistros a liquidar:** Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora responde por 2.480 (2.531 em 31 de dezembro de 2017) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 15.843 (R\$ 12.923 em 31 de dezembro de 2017), classificada na rubrica "provisão de sinistro a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O saldo de provisões judiciais de sinistros a liquidar do convênio DPVAT é de R\$ 10.877 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 13.030 em 31 de dezembro de 2017). O montante de sinistros avaliados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.595 (R\$ 4.402 em 31 de dezembro de 2017). Para o convênio DPVAT o montante de sinistros classificados em sua totalidade como "provável" em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.877 (R\$ 13.030 em 31 de dezembro de 2017), que correspondem a 4.854 ações (5.526 ações em 31 de dezembro de 2017). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 966 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 719 em 31 de dezembro de 2017).

**a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>13.757</b>	<b>10.913</b>	<b>719</b>	<b>596</b>	<b>12.923</b>	<b>9.197</b>
(+) Constituições no exercício	3.546	3.983	116	1	2.921	2.483
(-) Pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas	(2.702)	(1.233)	(89)	(9)	(4.385)	(3.238)
(-) Baixa da provisão por êxito	(2.752)	(2.567)	(148)	(3)	(2.405)	(1.756)
(+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	2.219	1.106	273	52	4.809	4.696
(+/-) Atualização monetária e juros	1.746	1.555	95	82	1.980	1.541
<b>Saldo final do exercício (a)</b>	<b>15.814</b>	<b>13.757</b>	<b>966</b>	<b>719</b>	<b>15.843</b>	<b>12.923</b>
Saldo do DPVAT (b)	-	-	-	-	10.877	13.030
<b>Total (a + b)</b>	<b>15.814</b>	<b>13.757</b>	<b>966</b>	<b>719</b>	<b>26.720</b>	<b>25.953</b>

**b) Probabilidade de perda das provisões judiciais**

**Em 31 de dezembro de 2018**

	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
<b>Probabilidade de perda</b>						
Provável	1.354	49.252	9.569	5.990	116.679	21.048
Possível	1.378	33.463	7.068	1.330	31.696	5.595
Remota	6	1.361	143	14	795	77
<b>Total</b>	<b>2.738</b>	<b>84.076</b>	<b>16.780</b>	<b>7.334</b>	<b>149.170</b>	<b>26.720</b>

**Em 31 de dezembro de 2017**

	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
<b>Probabilidade de perda</b>						
Provável	1.253	38.348	7.541	6.514	99.352	21.384
Possível	1.577	38.178	6.775	1.519	36.752	4.402
Remota	36	1.516	160	24	995	167
<b>Total</b>	<b>2.866</b>	<b>78.042</b>	<b>14.476</b>	<b>8.057</b>	<b>137.099</b>	<b>25.953</b>

**23. Outras informações: a) Seguros** - A Seguradora mantém apólices de seguros multirrisco, responsabilidade civil geral em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. **b) Participação nos lucros** - A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "obrigações a pagar", no valor de R\$ 7.036 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.581 em 31 de dezembro de 2017). **c) Derivativos e outros** - Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **d**

☆ continuação



A seguradora para um mundo em mudança

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2018, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da administração da Companhia. No uso das suas

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos re-

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. - **São Paulo - SP** - Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$124.481 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$343.823 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$408.112 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$124.481 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$343.823 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$408.112 mil (em 31 de

atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à

queridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

**Membros:**

**José Carlos Ferreira**

**Olivier Piquepé**

**Maria Ferrero Valderrey**

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP000160/O-5

**Guilherme Naves Valle**  
Contador CRC 1MG070614/O-5

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$124.481 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$343.823 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$408.112 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas da Companhia em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Consultores Ltda.**  
CNPJ 02.189.924/0001-03  
CIBA 45  
**João Batista da Costa Pinto**  
MIBA 944

**Deloitte.**

# Ouvidoria

## Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

**www.imprensaoficial.com.br**

**io ouvidoria**

ouvidoria@imprensaoficial.com.br  
Rua da Mooca, 1921  
Cep: 03103 - 902 São Paulo  
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx  
(11) 2799 9687

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:55:38.  
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A  
[ Ticket: 30025303 ] - www.imprensaoficial.com.br